UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE EDUCAÇÃO DO CAMPO X EDUCAÇÃO URBANA

Luciana Gomes Marinho[1]

Patrícia Nogueira do Vale[2]

RESUMO

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST atua como expressão dos novos movimentos sociais, sobretudo nas estratégias de mobilização e resistência social. Este artigo buscou analisar as escolas do campo e da cidade, sob a ótica dos educadores. A metodologia utilizada foi de natureza qualitativa, por meio da técnica da entrevista semiestruturada e da observação participante. Ao compararmos a educação do campo e da cidade percebemos mudanças fundamentais entre estas: há uma especificidade na pedagogia rural, que por meio da vivência entre teoria e a prática a educação do campo contribui com a formação humana de novas gerações.
Palavras Chaves: Escola do Campo. Escola Urbana. MST. Movimento Sociais.

ABSTRACT

The Landless Rural Workers Movement (MST) acts as an expression of the new social movements, especially in the strategies of mobilization and social resistance. This article seeks to research as schools of the countryside and the city, from the point of view of educators. The methodology used for the qualitative evaluation, through the semistructured interview technique and participant observation. When we compare an education of the countryside and of the city we perceive fundamental changes between these: there is a specificity in the rural pedagogy, that through the experience between theory and a practice a field education contributes with a human formation of new generations.
Keywords: Ruralschool.UrbanSchool.MST. Social movement.

---

[1] Assistente Social, com mestrado em Avaliação de Políticas Públicas na UFC e educadora das disciplinas de Movimentos Sociais e TCC 2, além de pesquisadora-coordenadora do Projeto Formação Integrada em Cidadania Rural: Articulação entre Ensino Pesquisa e Extensão da Faculdade Ratio.

[2] Graduanda do Curso de Serviço Social da Faculdade Ratio.

1. INTRODUÇÃO

Esse artigo teve com o tema uma análise comparativa entre Educação do campo X Educação urbana, despertada das políticas educacionais e dos Movimentos Sociais, em específico o MST, que luta pela terra, pela democracia social e por igualdade social. As mudanças da sociedade e das lutas de classe começam em nós, pois a luta por direitos iguais nos possibilita uma educação de qualidade e respeito com o social e cultural, uma educação digna e que minimiza essa desigualdade social, seja ela no campo ou urbana, uma educação que trabalha os valores e caráter.

Na afirmação de Romanelli (1991, p. 12), a educação brasileira evoluiu com rupturas marcantes e fáceis de serem observadas. A primeira grande ruptura travou-se com a chegada dos portugueses ao território do novo mundo. Não se pode deixar de reconhecer que os portugueses trouxeram um padrão de educação próprio da Europa, o que não quer dizer que as populações que por aqui viviam já não possuíam características próprias de se fazer educação. E convém ressaltar que a educação que se praticava entre as populações indígenas não tinha as marcas repressivas do modelo educacional europeu.

A educação brasileira é desigualmente distribuída entre indivíduos de diferentes classes, de modo que quem tem mais, em termos de capital econômico, tende a receber mais educação do que os que nada ou pouco possuem, o que renova a desigualdade econômica, ao invés de diminuí-la ou eliminá-la. A educação vem crescendo muito a nível nacional, e os governos tendem a alargar o sistema educacional do país, de modo a maximizar a democratização das oportunidades, como ressalta Gonçalves (1999).

O aspecto central é a adequação da escola e da universidade pública e privada aos mecanismos de mercado, de modo que a escola funcione à semelhança do mercado. Com referência aos pressupostos de uma possível reforma educacional em moldes neoliberais, Costa (2000, p. 25) apresenta algumas críticas, que sintetizo a seguir: o padrão neoliberal é apresentado como panaceia universal e como única alternativa, o que, por si só, já o fragiliza; em seu bojo, a relação educação/desenvolvimento é retomada dentro do velho padrão funcionalista, num ilógico revisitar à teoria do capital humano num momento em que a integração aos mercados globalizados implica liberalização de mão-de-obra.

Nesse ínterim surge os Movimentos Sociais que se apresentam na contramão desse contexto ideológico. Segundo Camargo (2002), os movimentos sociais são manifestações que expressam as condições de estrutura social vigentes, em sua estrutura

política e econômica. Dentre eles, está o MST, Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, que é um movimento de massa que luta, basicamente, por terra, pela reforma agrária e por mudanças na sociedade (Machado, 2002).

As diversidades das lutas pela terra são ampliadas e fortalecidas com a chegada do MST no Ceará em 1989, principalmente pela incorporação de lutas como a ocupação dos latifúndios. Essas ações fazem parte do processo histórico de resistência, de confrontos dos povos do campo e do mar no Ceará (ALENCAR, 2005).

Uma das lutas do MST é por educação do campo, voltada para a realidade dos camponeses, compreendendo a escola não só como uma mera estrutura, mas também como uma instituição que trabalha a questão social, política, cultural, produtiva e prepara os educadores e educandos para a vida no campo. A Educação do campo surgiu da necessidade dos movimentos sociais pela terra, necessitando a implantação de uma política educacional voltada para os assentamentos rurais, oriundos da Reforma Agrária. Segundo Fernandes (2006, p. 28), “para compreender a origem deste conceito é necessário salientar que a Educação do Campo nasceu das demandas dos movimentos camponeses na construção de uma política educacional para os assentados da reforma agrária”.

2. DESENVOLVIMENTO

Os conflitos agrários no Ceará sempre existiram, na história da formação social do campesinato cearense. Conforme Martins (1994), desde os anos de 1990 o MST-CE tem se preocupado com a situação da educação nos assentamentos e acampamentos, iniciando com a preocupação para superar o analfabetismo. Por outro lado, os governos brasileiros e estaduais não têm dado a devida importância à politica de educação que atenda os anseios dos povos do campo. Pelo contrário, sedimentou as condições precárias das redes de ensino público, a falta de transporte escolar e de escolas, principalmente nos assentamentos de Reforma Agrária.

> [...] então um sentido que é político e, por isso mesmo, fortemente cultural nessa representação que, aos poucos, a sociedade passa a ter sobre o MST, o movimento incomoda não somente porque traz de volta ao cenário político a questão agrária, que é problema secular no Brasil. A impressão é de que seu próprio jeito de ser é o que incomoda mais: suas ações, mas, principalmente, os personagens que entram em cena, e os valores que

> esses personagens encarnam e expressam em suas ações, sua postura e sua identidade, que podem, aos poucos, espalhar-se e constituir outros sujeitos, sustentar outras lutas [...] (CALDART, 2004, p. 46).

As diversidades das lutas pela terra são ampliadas e fortalecidas com a chegada do MST no Ceará em 1989, principalmente pela incorporação de lutas como a ocupação dos latifúndios. Essas ações fazem parte do processo histórico de resistência, de confrontos dos povos do campo e do mar no Ceará (ALENCAR, 2005).

Para Alencar (2005), nesse período, várias foram as formas de lutas para que a espacialização e a territorialização do MST acontecesse no Ceará, através de ações como: das ocupações de terras, dos prédios públicos e das avenidas; das marchas em direção às cidades e da presença dos militantes nos assentamentos federal e estadual dos vários programas de reforma agrária.

Uma das lutas do MST é por educação do campo, voltada para a realidade dos camponeses, compreendendo a escola não só como uma mera estrutura, mas também como uma instituição que trabalha a questão social, política, cultural, produtiva e prepara os educadores e educandos para a vida no campo. A Educação do campo surgiu da necessidade dos movimentos sociais pela terra, necessitando a implantação de uma política educacional voltada para os assentamentos rurais, oriundos da Reforma Agrária. Segundo Fernandes (2006, p. 28), “para compreender a origem deste conceito é necessário salientar que a Educação do Campo nasceu das demandas dos movimentos camponeses na construção de uma política educacional para os assentados da reforma agrária”.

A pesquisa de campo se deu por uma ação e para entender melhor os fatos e realidades vivenciados dentro e fora do contexto escolar, das escolas do campo e urbana. O percurso metodológico para a realização da pesquisa foi por meio da exploração de leituras de livros e artigos, pois foi uma das ferramentas usadas para que o trabalho obtivesse um maior enriquecimento, também a pesquisa é de natureza qualitativa, que segundo (PROETTI 2006,p. 136) visa o direcionamento para o desenvolvimento de estudos que buscam respostas que possibilitem entender, descrever e interpretar fatos.

O campo da pesquisa foram duas escolas sendo uma urbana e uma do campo, o universo da pesquisa foram os educadores. Portanto a pesquisa também se classifica por explicativa que segundo (PROETTI 2006,p. 93) explica as existências e da ocorrência de fatos e fenômeno pelas suas causalidades, aprofundando o conhecimento do pesquisador.

Fazendo um paralelo das escolas de ensino médio, a EEFM. João Nogueira Jucá, vê-se que a estrutura é boa, o espaço para comportar os educandos também, sendo que não existe um respeito pela escola, pelo ambiente no qual os educandos estão inseridos, os próprios alunos são os que sujam e pixam a escola, como a quadra de esportes, as portas e os corredores. Os laboratórios ficam a desejar, tem três laboratórios em péssimas condições e o que está em uso é o de informática, isso quando tem educador; o refeitório muito pequeno para muitos alunos, isso também é um dos tipos de violência estrutural da parte do Governo para com os educandos e comunidade. Já a escola do Campo, Patativa do Assaré, localizada na área de reforma agrária do município de Canindé - CE possui seis laboratórios, todos em uso e dignos dos alunos para desfrutar, o refeitório é bem amplo e com boas condições de uso e espaço.

Observamos que os padrões, as matrizes curriculares das escolas da cidade precisam ser modificadas ou mudadas, sobretudo que contribuam para o fortalecimento das lutas sociais e na solução dos problemas concretos de cada comunidade e do país. As políticas de ensino da cidade têm considerar uma metodologia que defenda e se preocupe com todas as dimensões da pessoa humana e que crie um ambiente educativo baseado na ação e na participação democrática, na dimensão educativa do trabalho, da cultura e da história.

O aspecto central é a adequação da escola e da universidade pública e privada aos mecanismos de mercado, de modo que a escola funcione à semelhança do mercado. Com referência aos pressupostos de uma possível reforma educacional em moldes neoliberais, Costa (2000, p. 25) apresenta algumas críticas, que sintetizo a seguir: o padrão neoliberal é apresentado como panaceia universal e como única alternativa, o que, por si só, já o fragiliza; em seu bojo, a relação educação/desenvolvimento é retomada dentro do velho padrão funcionalista, num ilógico revisitar à teoria do capital humano num momento em que a integração aos mercados globalizados implica liberalização de mão-de-obra.

Pudemos elaborar um quadro que apresente as principais diferenças entre educação do campo x educação urbana, fruto da pesquisa de campo e da observação participante utilizada no percurso metodológico desta pesquisa. Dentre elas podemos sinalizar:

EDUCAÇÃO DO CAMPO	EDUCAÇÃO URBANA
Há um interesse do povo camponês e dos	Há um interesse capitalista dos empresários

movimentos sociais do campo	latifundiários do assistencialismo e do controle político
Há uma valorização da terra	Há uma desvalorização da terra
Terminologia utilizada é Matriz Curricular	Terminologia utilizada é Grade Curricular
Palavras de ordem são Resistência e Liderança	Palavras de ordem é concorrência e individualismo
Adequada ao modelo sustentável de agricultura familiar com base nos interesses dos movimentos sociais do campo	Adequada aos modelos políticos de desenvolvimento econômico com base nos interesses das classes dominantes
Trabalho Coletivo	Trabalho Individual
Qualificação permanente, pedagogia da libertação	Projeto neoliberal vigente, pedagogia tradicional e do “improviso”

Quadro I – Educação na cidade X Educação no campo

Falar do MST discutindo o lado educacional é, em todos os sentidos, falar de resistência; a grande diferença que percebemos entre a escola do campo e da cidade é a resistência; dentro de uma análise de um movimento social, especificamente o MST, cuja participação e o envolvimento vêm para impactar uma autonomia, que a cogestão em uma perspectiva de democracia gera uma não restrição pelos direitos à educação e educação de qualidade, pois a vivência em sala de aula, no campo, traz a valorização do campo, da terra e todos os educadores que estão na escola se identificam com a história do campo, eles são os que fazem juntos a história acontecer.

Olhar para a história do MST, buscando enxergar nela o processo de formação dos sem-terra brasileiros, é olhar exatamente através da perspectiva histórica, entendendo o MST com um processo de produção de um novo sujeito social. Hoje podemos olhar para o movimento, buscando enxergar muitas outras coisas, mas é esse olhar que associa a formação ou fazer histórico de um sujeito social ou de uma coletividade humana, que permite construir os nexos que melhor explicam o sentido da experiência da educação do MST e de sua resistência. O objetivo do setor de educação do MST, começa “a partir das necessidades de organizar a luta, vinculada a luta pela terra, assim como outras áreas, na medicina, na engenharia, que surge ele vai também fazer uma crítica a educação instituída e vai elaborando para uma proposta específica”.

Todos os educadores(as) que entram nas escolas de assentamento têm uma ligação direta com o MST, pois a escola é do governo, mais quem administra e quem dá as ordenanças é o povo de garra e de resistência, MST.

Um dos princípios que perpassam o projeto político pedagógico da educação dos jovens do MST:

> é a educação camponesa, é uma educação que respeite a mulher e o homem do campo, com seus valores e com suas qualidades, outra é uma Escola ligada com a vida, a escola precisa ter essa ligação, os conteúdos precisam ter significados para a vida, o outro princípio nosso é uma Escola ligada com a luta, para a gente não tem sentido uma educação solta (educador do MST).

Na escola do campo percebemos que existem projetos que envolvem, os educadores, comunidade e famílias pois as atividades contribuem de alguma forma para o crescimento no aprendizado dos educandos, uma das respostas do educador do campo sobre esses projetos.

> Vale a gente pontuar que as escolas de assentamentos onde há um movimento social mais permanente, onde se constitui um elemento diferente do nosso, o aluno da escola rural ele é um aluno que vive a experiência do campo, então, eles vivem e compartilham seus conhecimentos, juntamente com os educadores e familiares (educador do MST).

O vínculo da educação do campo com a classe trabalhadora rural, suas organizações e suas lutas é a motivação da educação do campo, pois está dentro da necessidade camponesa, e suas organizações, são as federações, sindicatos rurais alguns movimentos da via campesina estão junto para discutir e ajudar essa educação do campo, pois ela é construída a cada dia, e essa pedagogia ela é feita todos os dias pelos educandos e pelos trabalhadores pelas trabalhadoras rurais que estão dentro do campo camponês.

Ao analisar as falas, podemos ver que um detalhe pedagógico importante é que a coletividade, à medida que ela está presente em todas as dimensões de atuação do movimento, traz princípios de que nada se faz sozinho, e torna costume a prática de organização de se entregar de ajudar, um trabalho coletivo.

Percebemos que a escola do campo traz um contexto escolar para os alunos, mas ao mesmo tempo para a vida, preparando seus alunos para a luta social, para a

democracia social; na escola também a equipe profissional e militantes trabalham por uma identidade própria das escolas do meio rural, com um projeto político-pedagógico que fortaleça novas formas de desenvolvimento no campo, baseadas na justiça social, na cooperação agrícola, no respeito ao meio ambiente e na valorização da cultura camponesa, isso é de grande importância em seus planos de ensino em suas matrizes curriculares, pois não existem tipos de preconceitos com o próximo, com as classes de educadores(as) ou educandos, funcionários, pois eles falam a mesma linguagem tem mesmo pensamento e lutam em uma só força e uma só estratégia.

Se todos tiverem um mesmo objetivo e sonhos, chegaremos ao lugar onde desejamos e pensamos, pois isso requer profissionais que saibam lutar pelos seus direitos e colocá-los em prática, só assim teremos uma educação de qualidade e liberdade. Isso depende de cada um de nós, de cada cidadão que vê a escola como um ponto de crescimento educacional, pois isso requer um processo social que engloba também a sociedade, pois através do diálogo aliado à práxis efetiva é que poderemos amenizar o grau dessa precariedade que há nas escolas da cidade.

Como em qualquer outra área, educação também tem uma deficiência, e percebemos algumas falhas na sensibilidade de educadores, escolas e Secretarias de Educação, no sentido de priorizar mais a preparação dos seus colaboradores e educandos, e isso reflete no seio familiar, onde os pais e mães estão preocupados, porque o reflexo disso, dessa deficiência, em boa parte, saiu de dentro de casa, e hoje se reflete no seio da sociedade, que somos nós.

Se nós corrigirmos nosso padrão de comportamentos, as crianças, adolescentes e jovens irão moderá-los e, assim, estaremos contribuindo com nossa parte. Se o adulto não mudar, as gerações futuras ficarão comprometidas, formando-se um círculo vicioso, em vez de virtuoso. Se as políticas educacionais não mudarem esses educandos, atingirão os futuros alunos que vão se ingressar em uma escola.

3. CONCLUSÃO

Concluímos esse artigo pela visão e os fatos vistos, entendendo que as políticas públicas possuem falhas com as escolas, tanto Municipais como Estaduais, e que precisa haver uma reforma nessas políticas educacionais, uma valorização maior de ambos os

departamentos e as atenções maiores a essas escolas, pois a violência começa daí, das políticas que não cumprem seus papéis de priorizar ou sustentar a escola.

Somente quando passamos a olhar para o conjunto do movimento, e com a preocupação de enxergá-lo em sua dinâmica histórica que inclui a escola, é que conseguimos compreender que educação pode ser mais que educação, e que escola pode ser mais do que escola, à medida que sejam considerados os vínculos que constituem sua existência nessa realidade.

Falar de educação na cidade é falar da dificuldade de se alcançar a mudança, mas que ela é possível; são vários obstáculos, ideológicos, políticos, financeiros e burocráticos que dificultam essa mudança na educação de nossa cidade. Além disso, não há a desobrigação do Estado com a educação, ao contrário, deve haver um trabalho de cooperação, colaboração, em conjunto entre o Estado, os governos estaduais e os municipais, para que haja uma educação diferenciada e sem restrições.

Acreditamos, ainda, que as contribuições oferecidas com este artigo serão significativas não apenas para a sociedade, mas também para acrescentar, somar conhecimentos que venham a ser objetos de novas pesquisas, visando fortalecer o debate na busca da objetivação das políticas públicas de educação que, hoje, conta com o MST para uma política educacional que funciona, que traz resultados de suas garras, lutas e perseverança, e o Serviço Social como um dos sujeitos desse processo. Portanto, são feitas nossas considerações, não finais, mas temporárias, pois a nossa produção segue junto à dinâmica e o empoderamento dos saberes acerca da educação do campo, compreendendo que ela possibilita a liberdade e a emancipação num contexto contraditório à sociedade globalizada em que estamos inseridos.

O vínculo da educação escolar com a formação humana, formação política e de lideranças estão presentes nos espaços escolares isso presenciamos na escola do campo pois está bem presente, os educadores tem trabalhado em conjunto com os educandos, com a demanda com o que eles estão vivenciando no momento, há uma preparação dos alunos para a realidade e para um futuro possível, fora da Escola.

A questão da solidariedade é um princípio importante, educar para aprender a viver junto com o outro, o trabalho coletivo, a compreensão crítica da realidade e a disposição para a luta, entendemos que nós só temos futuro se as futuras gerações forem educadas para se colocar no movimento de transformação social, então a luta e a crítica

social são elementos importantes, essa relação de pertencimento da natureza, educar para o trabalho são alguns elementos que estão bem presentes no projeto de educação.

Uma referência que podemos analisar de modelo escolar, o MST aborda e traz concepções e inovações para com os educandos, para que eles possam crescer com um caráter diferenciado e que prossigam em estabelecer a paz.

No decorrer das pesquisas que fizemos e das entrevistas, como resultado final desse artigo pudemos analisar e perceber que de fato há uma grande diferença da Escola no Campo e das Escolas urbanas, começando primeiramente pelas estruturas e valores que são atos primordiais e perceptíveis que, ao analisar, pudemos perceber tanta diferença, na escola da prefeitura como na escola de ensino médio do governo, todas têm o mesmo viés e o ensino de abordagem são os mesmos, não há elementos permanentes que envolva o crescimento do educando quanto para suas famílias. A educação urbana se apresenta dentro dos interesses capitalistas e do agronegócio, e podemos perceber, de acordo com as respostas, que a educação é concebida num pacote urbano, tudo oriundo da cidade, menosprezando os saberes dos povos da terra, fragmentando o ensino e dicotomizando o campo e a cidade numa ação antidialógica. Seguem abaixo fotos das escolas urbanas, um quadro lamentável e mostrando a que ponto a educação brasileira se encontra.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Uma geografia das políticas fundiárias no Estado do Ceará.** Fortaleza: UFC, Departamento de Ciências Sociais, 2005 (Tese de Doutorado).

BRASIL, Movimento Sem Terra. (Org). **MST Movimento Sem Terra:** terra. Disponível em: <http://mst.org.br/nossa-historia/70-82>. Acesso em: 15 nov. 2016.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra.** 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004. 440 p.

CAMARGO, Francielle de. **Movimentos Sociais e Luta de Classe.** 2002. Disponível em: <isapg.com.br/2012/ciepg/down.php?id=2780&q=1>. Acesso em: 27 nov. 2016.

DINIZ, Aldiva Sales. **Trilhando caminho:** a resistência dos camponeses no Ceará em busca da sua libertação. Tese (Doutorado em Geografia Humana). São Paulo: USP, 2009.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação.** São Paulo: Paz e Terra, 2014. 160 p.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa** / Paulo Freire. – São Paulo: Paz e Terra, 1996. – (Coleção Leitura).

FELICIANO, Carlos Alberto. **Movimento camponês rebelde:** a reforma agrária no Brasil. São Paulo: Contexto, 2006.

GHIRALDELLI, Paulo Junior. **Infância, educação e neoliberalismo.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002. 130 p. (2). Coleção Educação Contemporânea, 2005.

GONCALVES, Wagner Rossi. **Capitalismo e educação.** 2. ed. São Paulo: Coleção Educação Universidade, 1990. 122 p. (2)

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil.** 13. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

STEDILE, João Pedro (org.). **A reforma agrária e a luta do MST.** Petropolis, RJ: Vozes, 1997.